

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Desde 2015 que as queixas sobre a poluição que assola o rio Grande da Pipa têm vindo a conhecimento da opinião pública. De facto, em agosto de 2015, o jornal “Público” avançava com uma notícia sobre a revolta da população quanto a este problema que teria a sua origem na ETAR da Lavra em Arruda de Vinhos. O rio Grande da Pipa desagua no rio Tejo próximo da Vala do Carregado. A poluição mais visível localiza-se na zona da Ponte das Caldeiras em que a água se apresenta ora negra ora cinza, com espuma branca e com pedaços de material negro – provavelmente alcatrão – e também óleo. Os moradores e proprietários das terras queixam-se também dos cheiros fétidos e têm vindo a apresentar queixas à Agência Portuguesa do Ambiente, ao SEPNA e à Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos desde então, sem que o problema se encontre resolvido.

Já à data a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos e a EPAL apontavam como origem da poluição a própria ETAR, para onde estariam a ser direcionados efluentes industriais que este equipamento não tinha capacidade para tratar. Referiam igualmente a investigação de possíveis descargas a montante, com possível origem em equipamentos industriais ou agropecuários.

Na notícia referia-se que o “vereador com o pelouro do Ambiente na Câmara de Arruda, disse, ao PÚBLICO, que, em outubro/novembro de 2014, os efluentes da Zona Industrial das Corredouras (situada a 1 quilómetro de Arruda e a 3 do local onde a poluição atualmente mais se manifesta), até então lançados diretamente numa pequena ribeira vizinha, passaram a ser encaminhados para a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Arruda. Parte destes efluentes não têm tratamento prévio e houve, então, necessidade de fazer alguns ajustes ao funcionamento da ETAR. Percebeu-se que começava a não ter capacidade para tratar toda a quantidade e qualidade de esgotos que ali afluía e, por isso, segundo Mário de Carvalho, a Águas do Oeste (responsável pela gestão da estação de tratamento) iniciou a elaboração de um projeto de remodelação e ampliação da ETAR de Arruda, cuja execução deverá avançar em breve.” Dava ainda conta de que a autarquia estaria a fazer análises a efluentes de empresas da zona, para tentar apurar da existência de descargas ilegais para o rio. Ficou igualmente prometida na notícia a ampliação da estação de tratamento.

Já a EPAL declarava que “juntamente com a Câmara de Arruda, estão a ser desenvolvidos “todos os esforços no sentido de apurar a origem dos afluentes que estão a chegar ao sistema de saneamento da rede municipal e que não cumprem os níveis de qualidade estipulados”.”, acrescentando que a ETAR em questão não se encontra preparada para tratamento de efluentes industriais, uma vez que não estava prevista sequer essa função e que as características distintas dos efluentes que agora ali se dirigiam resultavam na perda de eficiência da instalação.

O que é facto é que em 2019 a poluição inadmissível e o desconhecimento relativamente às fontes de poluição parece manter-se, assim como as queixas da poluição que incessantemente têm vindo a insistir com o SEPNA e Câmara de Arruda dos Vinhos para análise da situação em questão sem qualquer resposta satisfatória e que tenha resolvido este grave problema ambiental que assola esta população há já 4 anos.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e Transição Energética, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. A Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território fez já diligências de fiscalização deste ponto de poluição? Quais as conclusões?
3. Quais os resultados da fiscalização do SEPNA às denúncias efetuadas desde 2015?
4. Conseguiu a Câmara de Arruda dos Vinhos e a EPAL aferir da origem de outros efluentes a descarregar para este rio? Quais são e em que quantidades?
5. Avançou de facto elaboração de um projeto de remodelação e ampliação da ETAR de Arruda, como se referia já à data?
6. Que solução foi encontrada para resolver o problema de desadequação da ETAR para o tratamento dos efluentes industriais redirecionados?
7. Que diligências tomou e se encontra a tomar o Ministério e a APA, em conjunto com a Câmara Municipal, no sentido de resolver esta questão com já 4 anos de ocorrência?

Palácio de São Bento, 18 de março de 2019

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

ISABEL PIRES(BE)

JORGE COSTA(BE)